



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE CARAZINHO EM 07.10.2015

Aos 07 dias do mês de outubro de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Carazinho a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005422-95.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Substituta zoneada, no exercício da titularidade, Rubiane Solange Gassen Assis, pelo Diretor de Secretaria Fúlvio Berwanger Amador e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 12.11.1980

Data da última correição realizada: 14.10.2014

Data de Instalação do PJe: 17.11.2014

Jurisdição: Almirante Tamandaré do Sul, Carazinho, Chapada, Colorado, Coqueiros do Sul, Gramado dos Loureiros, Lagoa dos Três Cantos, Nonoai, Não-Me-Toque, Rio dos Índios, Santo Antônio do Planalto, Tapera, Tio Hugo, Três Palmeiras, Victor Graef.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 07.10.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

| Juiz | Situação | Período |
|--------------------------------|---------------------|------------------|
| Ben-Hur Silveira Claus* | Juiz Titular | Desde 12.08.1996 |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2015)

* O Juiz encontra-se em período de férias (17.09 a 16.10.2015).

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Carazinho, pertence à 67ª circunscrição da jurisdição



territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a Vara do Trabalho de Soledade. Essa circunscrição compreende 1 vaga de zoneamento, ocupada pela Juíza **Rubiane Solange Gassen Assis**.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

| | Juiz (a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|---|---------------------------------------|---|---|--------------------------|
| - | Ben-Hur Silveira Claus | Juiz Titular desde 12.08.1996 | | |
| 1 | Rubiane Solange Gassen Assis | Juíza Substituta zoneada na Circunscrição | | |
| | | 07.01 a 05.02.2014 14.07 a 12.08.2014 07.01 a 05.02.2015 17.09 a 16.10.2015 | Atuou e atua em razão das férias do Juiz Titular | 120 dias |
| | | 10.03 a 22.04.2014 25.04 a 11.06.2014 15.09 a 14.11.2014 12 a 24.03.2015 27.03 a 12.06.2015 17.08 a 09.09.2015 | Atuou como Juíza Auxiliar | 8 meses e 22 dias |
| | | 23 e 24.04.2014 10 a 16.09.2015 | Atuou em razão do afastamento do Juiz Titular para frequentar curso ou evento | 9 dias |
| | | 06.03.2015 | Respondeu pela Unidade em razão do afastamento do Juiz Titular para frequentar curso ou evento (sem pauta) | 1 dia |
| 2 | Laura Balbuena Valente Gabriel | 23 e 24.04.2014 | Atuou como Juíza Auxiliar | 2 dias |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2015)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correccionado

| Juiz | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|-------------------------------|-----------------|--|-----------------|
| Ben-Hur Silveira Claus | Férias | 07.01 a 05.02.2014 14.07 a 12.08.2014 07.01 a 05.02.2015 17.09 a 07.10.2015* (data da correição) | 111 dias |
| | Curso ou Evento | 23 e 24.04.2014 15.08.2014 03.10.2014 28.11.2014 06.03.2015 07 e 08.05.2015 10 a 16.09.2015 | 14 dias |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2015)

* Período total de afastamento: de 17.09 a 16.10.2015 (30 dias).



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

| | Servidor (a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|----|----------------------------|--|---|---|
| 1 | Fúlvio Berwanger Amador | Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança | Diretor de Secretaria (CJ3) | 01.03.2011 |
| 2 | Paulo Roberto Rodighero | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente de Juiz Titular (FC05) | 02.02.1990 |
| - | Alex Muller | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente de Juiz Substituto (FC05) | 11.03.2013* |
| 3 | Enio José Caron | Analista Judiciário - Área Administrativa | Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) | 22.01.1990 |
| 4 | Ana Maria Sincas Conte | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretária de Audiência (FC03) | 13.09.1994 |
| 5 | Adilson Kemmerich da Cruz | Analista Judiciário - Área Administrativa | Assistente (FC02) | 30.07.1993 |
| 6 | Júlio César Rodighero | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 18.07.2005 |
| 7 | Luciano Haeffner de Sales | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 27.09.1999 |
| 8 | Tereza Yoko Yamamoto | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 30.05.2014 |
| 9 | Talita de Carvalho Mariano | Analista Judiciário - Área Judiciária | - | 22.08.2014 |
| 10 | José Roberto Eckert | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 15.09.2014 |
| 11 | Andrea Ferretto Richter | Analista Judiciário - Área Judiciária | - | 22.09.2014 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|---|----------------------------|---|---|------------|
| - | Amauri Buenavides da Silva | Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal | - | 15.02.2007 |
| - | Silvano Farina Weidlich | Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal | - | 12.11.1980 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015)

* O servidor Alex Muller registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 01.08.2005 a 08.03.2011.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

| Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014) | Faixa Processual (Resolução nº 63/2010) | Lotação na Unidade Judiciária | Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010) |
|---|---|----------------------------------|---|
| 1.362 processos | 1.001 a 1.500 | 11 servidores | 11 a 12 servidores |

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Carazinho está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

| Servidor (a) | Motivo | Nº de dias de Afastamento | Total (em dias) |
|-----------------------------------|----------------------------------|------------------------------|--------------------|
| Adilson Kemmerich da Cruz | - | - | - |
| Alex Muller | Curso ou Evento | 1 | 13 |
| | Doença em Pessoa da Família | 7 | |
| | Licença-Paternidade | 5 | |
| Amauri Buenavides da Silva | Falecimento de Pessoa da Família | 8 | 8 |
| Ana Maria Sincas Conte | Curso ou Evento | 1 | 1 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|--|---|----|-----------|
| Andrea Ferretto Richter (desde 22.09.2014)* | Curso ou Evento | 6 | 47 |
| | Dispensa Médica | 1 | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 34 | |
| | Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições | 7 | |
| | Trabalho nas Eleições | 5 | |
| Enio José Caron | - | - | - |
| Fúlvio Berwanger Amador | Curso ou Evento | 5 | 5 |
| José Roberto Eckert (desde 15.09.2014)* | - | - | - |
| Júlio César Rodighero | - | - | - |
| Luciano Haeffner de Sales | Curso ou Evento | 5 | 5 |
| Paulo Roberto Rodighero | Curso ou Evento | 1 | 5 |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 4 | |
| Silvano Farina Weidlich | - | - | - |
| Talita de Carvalho Mariano (desde 22.08.2014)* | Curso ou Evento | 2 | 2 |
| Tereza Yoko Yamamoto (desde 30.05.2014)* | Curso ou Evento | 3 | 27 |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 21 | |
| | Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições | 1 | |
| | Trabalho nas Eleições | 2 | |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

| | Servidor (a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência na Unidade Judiciária | Motivo da Saída |
|---|-------------------------|-----------------|-------------------|--|---|
| 1 | Rosmari Fátima Cauzzi | 24.11.1986 | 21.04.2014 | 27 anos, 4 meses e 28 dias | Aposentadoria |
| 2 | João Roberto dos Santos | 13.12.2010 | 27.05.2014 | 3 anos, 5 meses e 15 dias | Lotação no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi – Assistente (FC02) |



| | | | | | |
|---|--------------------------|------------|-------------------|---------------------------|--|
| 3 | Jorget Tanous | 17.03.2014 | 14.09.2014 | 5 meses e 28 dias | Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Sapiroanga – Secretário de Audiência (FC03) |
| 4 | Jeferson Rodrigues Spohr | 18.11.2013 | 21.09.2014 | 10 meses e 4 dias | Lotação na 4ª Vara do Trabalho de Gravataí |
| 5 | Gustavo Adriano Weber | 07.08.2008 | 19.03.2015 | 6 anos, 7 meses e 13 dias | Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Lajeado – Assistente de Juiz Substituto (FC05) |
| 6 | Carina Marcia Dahmer | 07.01.2015 | 02.08.2015 | 6 meses e 26 dias | Lotação na 4ª Vara do Trabalho de Canoas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.5 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015, verifica-se que a estagiária Kassia Castoldi Ficanha desenvolve atividades na Unidade desde 01.10.2013, havendo previsão de término do contrato para o dia 30.09.2015. Portanto, no dia da correição, a Vara do Trabalho não contará com estagiário de Direito.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular durante o Período Correccionado

| Juiz | Gestão Estratégica (em horas) | PJe (em horas) | Demais Cursos (em horas) | Total (em horas) |
|-------------------------------|-------------------------------|----------------|--------------------------|------------------|
| Ben-Hur Silveira Claus | - | - | 146,5 | 146,5 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

| Servidor (a) | Gestão Estratégica (em horas) | PJe (em horas) | Demais Cursos (em horas) | Total (em horas) |
|-----------------------------------|-------------------------------|----------------|--------------------------|------------------|
| Adilson Kemmerich da Cruz | - | 20 | 77 | 97 |
| Alex Muller | - | 8 | - | 8 |
| Amauri Buenavides da Silva | - | 4 | 80 | 84 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|-----------------------------------|----|----|-----|------------|
| Ana Maria Sincas Conte | - | 26 | 116 | 142 |
| Andrea Ferretto Richter | - | 6 | 104 | 110 |
| Enio José Caron | 20 | 20 | 86 | 126 |
| Fúlvio Berwanger Amador* | - | 28 | 40 | 68 |
| José Roberto Eckert | 20 | 28 | 60 | 108 |
| Júlio César Rodighero | - | 20 | 75 | 95 |
| Luciano Haeffner de Sales | 20 | 20 | 50 | 96 |
| Paulo Roberto Rodighero | - | 8 | 75 | 83 |
| Silvano Farina Weidlich | - | 4 | - | 4 |
| Talita de Carvalho Mariano | - | 20 | 86 | 106 |
| Tereza Yoko Yamamoto | 20 | 20 | 133 | 173 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

| Situação | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
|---|--------------|--------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Pendentes de finalização na fase de conhecimento* | 1.341 | 1.476 | 10,07% | 1.760 | 19,24% |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 132 | 191 | 44,70% | 179 | -6,28% |
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 1.491 | 1.436 | -3,69% | 1.529 | 6,48% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 51 | 59 | 15,69% | 65 | 10,17% |
| Total | 3.015 | 3.162 | 4,88% | 3.533 | 11,73% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

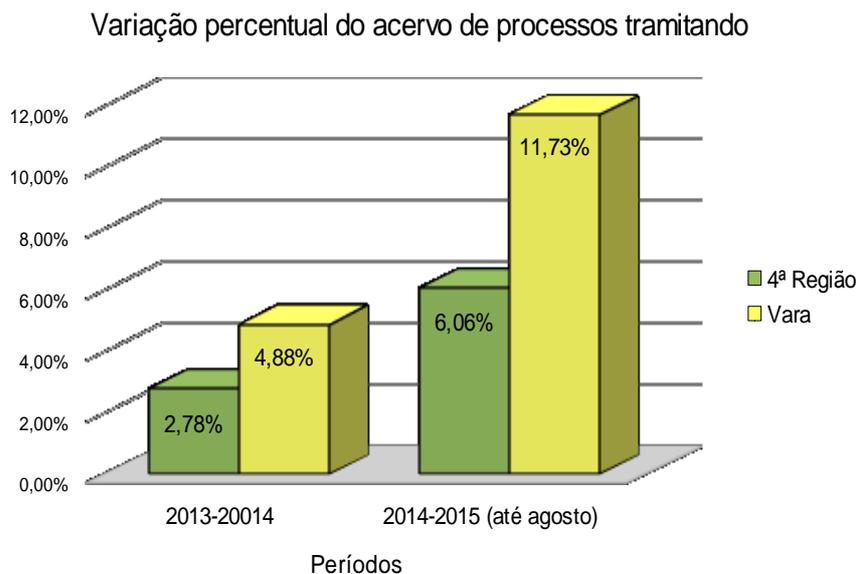
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 4,88% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 135 processos); por sua vez, o acervo de execuções foi o único que registrou



queda (55 processos, o que importa em um decréscimo de 3,69%) no período sob análise.

A variação do acervo de processos na Vara do Trabalho de Carazinho em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a agosto de 2015 o estoque de processos tramitando avançou/recuou 11,73%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

| | 2013 | 2014 | Varição 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Varição 2014-2015 |
|--|------------|------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Casos novos | 1.350 | 1.520 | 12,59% | 1.027 | -32,43% |
| Sentenças anuladas/reformadas | 1 | 5 | 400,00% | 3 | -40,00% |
| Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)* | 1.480 | 1.258 | -15,00% | 946 | -24,80% |
| Processos pendentes de solução | 430 | 681 | 58,37% | 769 | 12,92% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

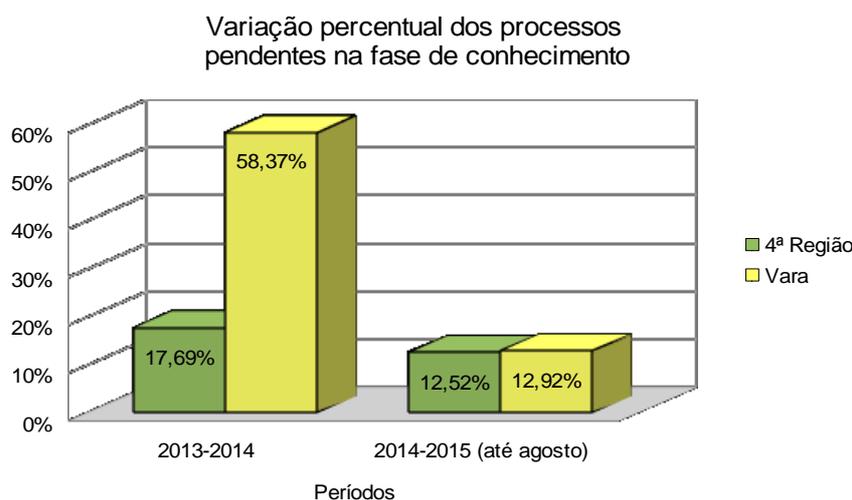
No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 58,37% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 430 para 681 processos) – índice muito superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 12,59% na média mensal de casos novos (a qual passou de 112,50 processos, em 2013, para 126,67 processos, em 2014), combinada com um recuo de 15% na média mensal de processos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

solucionados (de 123,33 processos, em 2013, para 104,83 processos, em 2014).

Outrossim, os dados dos oito primeiros meses de 2015 apontam aumento de 12,92% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é similar à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (51,40%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.08.2015, houve o aumento de 29,41% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

| Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento | | | | | |
|--|------------|------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 174 | 240 | 37,93% | 360 | 50,00% |
| Aguardando encerramento da instrução | 232 | 350 | 50,86% | 344 | -1,71% |
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 14 | 74 | 428,57% | 43 | -41,89% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 10 | 17 | 70,00% | 22 | 29,41% |
| TOTAL | 430 | 681 | 58,37% | 769 | 12,92% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de conhecimento | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Vara do Trabalho de Carazinho | 23,00% | 35,65% | 55,03% | 44,71% | 25,41% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 40,94% | 44,33% | 8,28% | 55,03% | 24,14% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 35,65% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 55,03% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 8,68 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

| Processos solucionados | | | | | | | |
|------------------------------|------------------------------------|--------------|------------|--------------|------------|------------------|------------|
| Tipo de solução | | 2013 | | 2014 | | 2015 (até 31.08) | |
| | | QTD | % | QTD | % | QTD | % |
| Com exame de mérito | Conciliação | 851 | 57,5 | 735 | 58,43 | 563 | 59,51 |
| | Julgado procedente | 20 | 1,35 | 8 | 0,64 | 10 | 1,06 |
| | Julgado procedente em parte | 389 | 26,28 | 318 | 25,28 | 254 | 26,85 |
| | Julgado improcedente | 99 | 6,69 | 60 | 4,77 | 34 | 3,59 |
| | Extinto | 2 | 0,14 | 4 | 0,32 | 1 | 0,11 |
| | Outras decisões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem exame de mérito | Extinto | 45 | 3,04 | 62 | 4,93 | 26 | 2,75 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 26 | 1,76 | 41 | 3,26 | 44 | 4,65 |
| | Desistência | 26 | 1,76 | 16 | 1,27 | 14 | 1,48 |
| | Outras decisões | 22 | 1,49 | 14 | 1,11 | 0 | 0 |
| TOTAL | | 1.480 | 100 | 1.258 | 100 | 946 | 100 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

Verificou-se diminuição de 222 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um

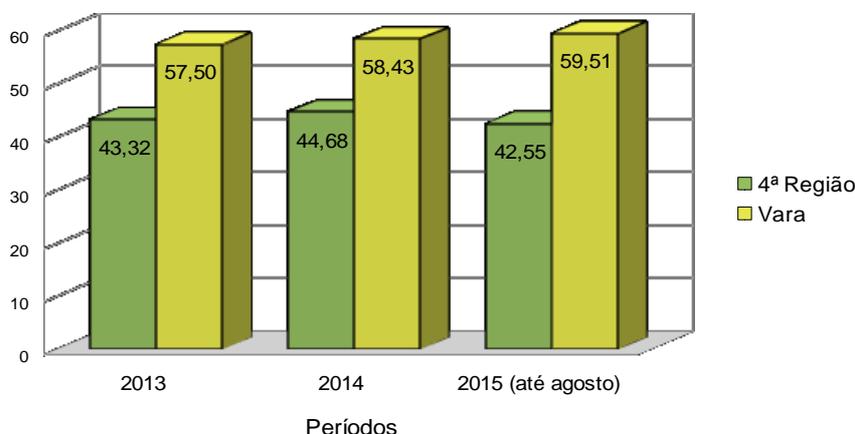


decréscimo de 15%. Essa redução superou aquela verificada em toda a 4ª Região em 2014, quando verificada uma redução média de 2,67%.

Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 510 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 390 decisões, representando uma redução de 23,53%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, que registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Finalmente, a análise do quadro acima demonstra queda no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 851, representando 57,5% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações caiu para 735, correspondendo a 58,43% das soluções na fase de conhecimento. De toda a forma, o índice de conciliações na Unidade foi superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e outubro do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 59,51%, resultado bem acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

| | Liquidações | | | | |
|---------------------------|-------------|------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Iniciadas | 252 | 250 | -0,79% | 172 | -31,20% |
| Encerradas | 240 | 185 | -22,92% | 174 | -5,95% |
| Pendentes | 128 | 184 | 43,75% | 169 | -8,15% |
| Arquivo Provisório | 1 | 1 | 0,00% | 2 | 100,00% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)



O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 128, em 2013, para 184, em 2014, importando em uma elevação de 43,75%. Esse percentual foi bastante superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

O principal motivo dessa elevação foi o a redução de 22,92% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações iniciadas em 2014 superou em 35,14% o número de liquidações encerradas no respectivo período.

Todavia, nos oito primeiros meses de 2015, houve recuo de 15 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 8,15%, resultado que superou a média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 1,87%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)* | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Vara do Trabalho de Carazinho | 37,34% | 51,06% | 36,75% | 51,12% | 0,13% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 42,12% | 44,16% | 4,83% | 52,76% | 19,47% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - [\text{número liquidações encerradas} / (\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas})]$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 51,06% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 36,75% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 6,90 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
|------------------|--|------------|------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Entrada | Iniciadas | 430 | 376 | -12,56% | 277 | -26,33% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 36 | 542 | 1405,56% | 25 | -95,39% |
| Saídas | Encerradas | 482 | 446 | -7,47% | 239 | -46,41% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 38 | 24 | -36,84% | 1 | -95,83% |
| Pendentes | Exclusivamente crédito previdenciário | 105 | 103 | -1,90% | 96 | -6,80% |
| | Demais | 875 | 853 | -2,51% | 932 | 9,26% |
| | Total | 980 | 956 | -2,45% | 1.028 | 7,53% |



| | | | | | |
|------------------------------------|-------|-----|---------|-----|--------|
| Saldo no arquivo Provisório | 1.256 | 706 | -43,79% | 683 | -3,26% |
|------------------------------------|-------|-----|---------|-----|--------|

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Carazinho caiu de 980 para 956 processos, o que corresponde a um recuo de 2,45% em relação ao ano anterior. Esse índice foi muito similar ao apresentado em toda a 4ª Região no período em questão, o qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa redução foi a queda de 12,56% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior. Dessa forma, o total de execuções encerradas superou em 70 às execuções iniciadas em 2014.

Todavia, os dados colhidos no período de janeiro a agosto de 2015 apontam aumento de 7,53% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,88%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

| Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)* | | | | | |
|--|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Vara do Trabalho de Carazinho | 66,69% | 67,11% | 0,63% | 80,62% | 20,13% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 69,60% | 70,81% | 1,74% | 81,60% | 15,24% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 67,11% no ano de 2014, constatando-se uma estabilidade em relação ao índice do ano anterior (aumento de apenas 0,63%). Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao 3,70 pontos percentuais.

| Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório) | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Vara do Trabalho de Carazinho | 83,10% | 82,92% | -0,21% | 87,67% | 5,73% |
| Média no TRT4 - 1ª Instância | 84,51% | 84,91% | 0,47% | 89,16% | 5,01% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de Carazinho na fase de execução, a qual passa a corresponder a 82,92% - índice 0,21% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 1,98 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução superior à média regional.



3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| | BNDT | | | | |
|---|-------|-------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Processos com inclusão de devedor no BNDT | 298 | 143 | -52,01% | 108 | -24,48% |
| Processos com exclusão de devedor no BNDT | 199 | 201 | 1,01% | 103 | -48,76% |
| Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT | 1.548 | 1.446 | -6,59% | 1.457 | 0,76% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Carazinho, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.08.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **06 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, conforme descrito a seguir:

| | |
|---|----------------------------------|
| 1 | 0122100-24.1999.5.04.0561 |
| Situação processual: Em 23.05.2015, foi publicado despacho que dispensou a reclamada do pagamento da contribuição previdenciária e determinou a exclusão dos dados da empresa do BNDT, com posterior arquivamento dos autos, sem dívida. Na mesma data, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de dívida. Histórico BNDT: Em 11.07.2012, o reclamado <i>Carlos Rogerio Barleze</i> teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “descumprimento da obrigação de fazer ou não fazer”. | |
| 2 | 0136000-93.2007.5.04.0561 |
| Situação processual: Em 26.03.2015, foi certificado o decurso do prazo sem que o reclamante impugnasse a sentença de liquidação, oportunidade em que foi proferida sentença de extinção da execução e determinada a devolução de documentos e o arquivamento definitivo dos autos. Em 27.03.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e, em 06.05.2015, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de dívida. Histórico BNDT: Em 15.09.2011, a reclamada <i>Fundação Banrisul de Seguridade Social</i> foi inserida no BNDT com a informação “com garantia total do juízo”. | |



3 0037600-73.2009.5.04.0561, 0042300-29.2008.5.04.0561, 0000482-24.2013.5.04.0561

Situações processuais similares à da reclamatória nº 0136000-93.2007.5.04.0561.

4 0000540-27.2013.5.04.0561

Situação processual: Em 26.03.2015, foi certificado o pagamento integral do débito, oportunidade em que foi proferida sentença de extinção da execução e determinada a expedição de alvarás e a solicitação da devolução da carta precatória executória. Em 16.04.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 30.07.2015, foi proferido despacho determinando a transferência do saldo remanescente à Vara Judicial da Comarca de São Valentim, a devolução de documentos ao reclamante e o arquivamento definitivo dos autos. **Histórico BNDT:** Em 22.07.2014, os reclamados *Ivan Schinaider e Irmã Ltda - EPP e Ivan Schinaider* tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação “com garantia total do juízo”. Em 16.04.2015, somente os dados do primeiro reclamado foram excluídos do BNDT.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

| Incidentes processuais | | | | | | | | | |
|---|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| Incidente | 2013 | | | 2014 | | | 2015 (até ago) | | |
| | Rece- bidos | Julga- dos | Pen- dentes | Rece- bidos | Julga- dos | Pen- dentes | Rece- bidos | Julga- dos | Pen- dentes |
| Embargos de declaração | 216 | 208 | 10 | 118 | 107 | 21 | 88 | 76 | 36 |
| Antecipações de tutela | 1 | 0 | 0 | 31 | 26 | 8 | 116 | 94 | 29 |
| Impugnações à sentença de liquidação | 30 | 31 | 13 | 39 | 14 | 34 | 16 | 17 | 28 |
| Embargos à execução | 106 | 72 | 57 | 121 | 80 | 93 | 79 | 86 | 86 |
| Embargos à arrematação | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Embargos à adjudicação | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exceções de pré-executividade | 4 | 4 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 0 | 3 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 314 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 12,04% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados também diminuiu 26,03% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 315 para 233). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 157, saldo 91,46% maior do que em 31.12.2013. Ademais, em 31.08.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 182, saldo 15,92% superior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:



| | |
|---|---|
| 1 | 0001247-63.2011.5.04.0561 |
| Situação processual: Em 01.08.2014, foi proferido despacho determinando, em face da divergência das partes, a remessa dos autos ao contador para elaboração do cálculo de liquidação. Em 05.09.2014, o contador apresentou cálculos. Em 22.10.2014, o reclamante apresentou manifestação que foi lançada no sistema informatizado como impugnação à sentença de liquidação . Em 03.12.2014, foi proferido despacho determinando a intimação do contador para responder à impugnação do reclamante. Em 14.04.2015, foi proferida sentença homologatória dos cálculos de liquidação. Até a presente data o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão. | |
| 2 | 0019100-56.2009.5.04.0561, 0000342-24.2012.5.04.0561 |
| Situações processuais similares à da reclamatória nº 0001247-63.2011.5.04.0561 | |
| 3 | 0013700-42.2001.5.04.0561 |
| Situação processual: Em 07.04.2014, as partes foram intimadas para ciência da prestação de contas do leiloeiro. Em 22.04.2014, o reclamado apresentou manifestação que foi lançada no sistema informatizado como impugnação à sentença de liquidação. Em 26.05.2015, foi proferido despacho se manifestando sobre a arrematação do bem e a impugnação da reclamada. Até a presente data o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão. | |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|--|--------------------|--------------------------------|---------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Sumaríssimo | 71,7 | 51,02 | -28,84% | 70,65 | 38,47% |
| | Ordinário | 183,77 | 158,26 | -13,88% | 205,58 | 29,89% |
| | Total | 170,33 | 146,09 | -14,23% | 193,35 | 32,35% |

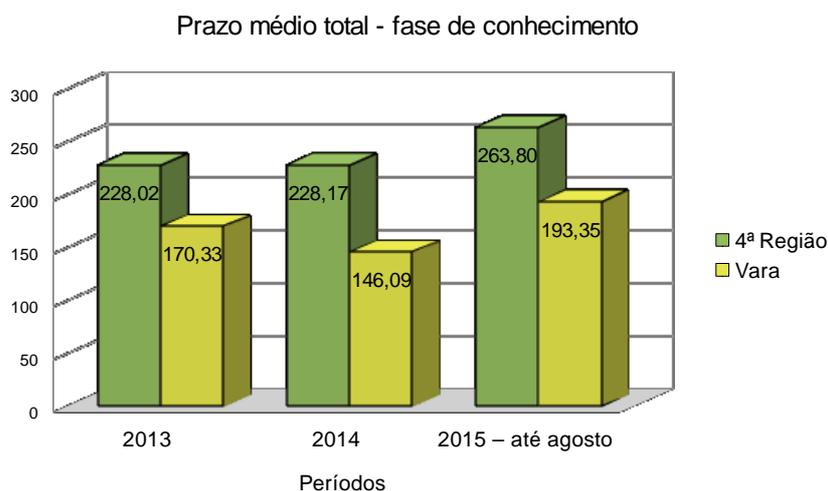
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 51,02 dias, correspondendo a um recuo de 28,84% em relação à média do ano anterior. Todavia, nos oito primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 38,47% mais moroso na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 158,26 dias, média 13,88% inferior na comparação com 2013. Em 2015, porém, o prazo médio avançou 29,89% na comparação com 2014.



Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 35,97% (82,08 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, situação que se repete em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 26,71% (70,45 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---|-------------|-------------------------|---------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | 2013 | 2014 | Varição 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Varição 2014-2015 |
| Do início ao encerramento da liquidação | Sumaríssimo | 102 | 121,67 | 19,28% | 15 | -87,67% |
| | Ordinário | 194,64 | 229,02 | 17,67% | 225,98 | -1,33% |
| | Total | 193,02 | 225,26 | 16,70% | 224,65 | -0,27% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 121,67 dias, o que equivale a uma elevação de 19,28% em relação à média do ano anterior. No entanto, de janeiro a agosto de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 15 dias, período 87,67% maior que em 2014. Essa redução, no entanto, deve ser analisada com cautela, pois está baseada na tramitação de apenas um processo judicial eletrônico que tramitou pelo rito sumaríssimo no período (processo nº 00020243-07.2014.5.04.0561).

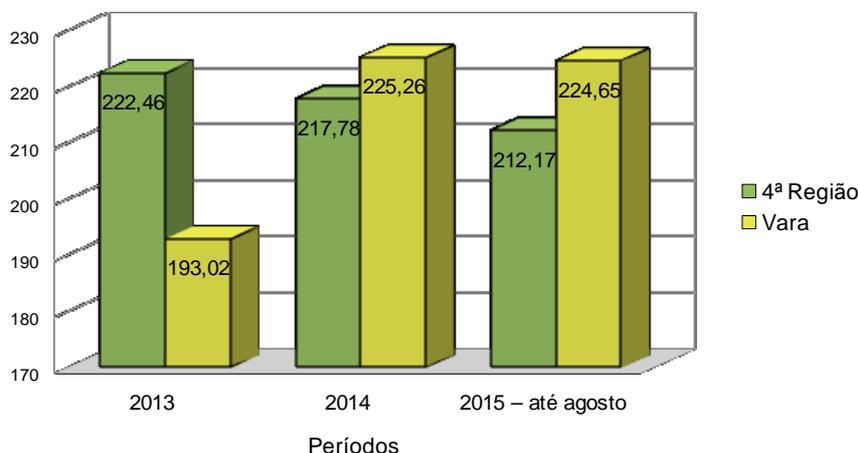
Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 229,02 dias em 2014, média 17,67% maior que a de 2013. Porém, nos oito primeiros meses de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário recuou para 225,98 dias, que equivale a uma redução de 1,33%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 3,43% (7,47 dias) mais moroso do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014,



situação similar à de 2015 (janeiro a agosto), quando o prazo médio da Unidade foi 5,88% (12,47 dias) maior que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Do início ao encerramento da execução | Ente privado | 507,48 | 577,14 | 13,73% | 346,03 | -40,04% |
| | Ente público | 647,44 | 811,05 | 25,27% | 736,75 | -9,16% |
| | Total | 531,63 | 632,47 | 18,97% | 356,45 | -43,64% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

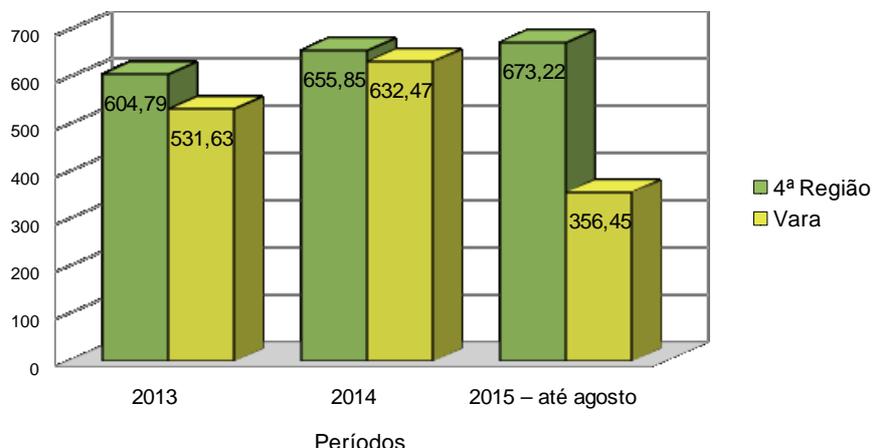
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 507,48 dias, em 2013, para 577,14 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a agosto), no entanto, a média diminuiu para 346,03 dias, prazo 40,04% menor que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 647,44 dias, em 2013, para 811,05, em 2014. Todavia, nos primeiros oito meses de 2015, o lapso de tramitação recuou para 736,75 dias, que equivale a uma redução de 9,16% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de Carazinho foi 3,57% (23,38 dias) mais célere que a média da 4ª Região, diferença ampliada nesses oito primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 47,05% (316,78 dias) menor que a média regional.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

| META 2/2009 CNJ | |
|--|----------------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

| META 2/2010 CNJ | |
|--|----------------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.3 Meta 2 – 2012: *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

| META 2/2012 CNJ | | | |
|------------------------|---|----------------|----------------------|
| Distribuídos em 2008 | Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados | % | Resultado |
| 1.022 | 1.022 | 100,00% | Meta cumprida |

5.1.4 Meta 2 – 2013: *“Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.*



| META 2/2013 CNJ | | | |
|----------------------|---|--------|---------------|
| Distribuídos em 2009 | Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados | % | Resultado |
| 1.423 | 1.422 | 99,93% | Meta cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

| META 1/2014 CNJ | | | |
|----------------------|----------------------|--------|-------------------|
| Distribuídos em 2014 | Solucionados em 2014 | % | Resultado |
| 1.520 | 1.258 | 82,76% | Meta não cumprida |

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

| META 2/2014 CNJ | | | |
|--|--|---------|---------------|
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011 | | | |
| Processos não julgados em 31.12.2011 | Processos distribuídos até 31.12.2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014 | % | Resultado |
| 30 | 30 | 100,00% | Meta cumprida |
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | | | |
| Processos não julgados em 31.12.2012 | Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014 | % | Resultado |
| 560 | 557 | 99,46% | Meta cumprida |

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

| Questionário para cálculo da Meta | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|-------|
| Id. | Pergunta | Periodicidade | Valor |
| P5.1 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 2.188 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|-------|--|--------|-----|
| P5.2 | Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 11 |
| P5.3 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 560 |
| P5.4 | Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 1 |
| P5.5 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012 | Única | 489 |
| P5.6 | Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012 | Única | 2 |
| P5.7 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 399 |
| P5.8 | Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013 | Única | 1 |
| P5.9 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013 | Única | 432 |
| P5.10 | Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013 | Única | 0 |
| P5.11 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência | Mensal | 373 |
| P5.12 | Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência | Mensal | 3 |
| P5.13 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência. | Mensal | 483 |
| P5.14 | Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência. | Mensal | 5 |
| P5.15 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência | Mensal | 59 |
| P5.16 | Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência | Mensal | 2 |
| P5.17 | Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência | Mensal | 201 |
| P5.18 | Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência | Mensal | 4 |

* *Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal* = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

| META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal | |
|---|---------------------------|
| Percentual | Resultado |
| 3,17 | Meta não alcançada |
| META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal | |
| Percentual | Resultado |
| 36,36 | Meta cumprida |



5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

| META 6/2014 CNJ | |
|--|----------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|---------------|--|
| Distribuídos até 31.08.2015 | Solucionados até 31.08.2015 | % | Resultado parcial (até agosto) |
| 1.027 | 946 | 92,11% | Período de apuração insuficiente para aferição do cumprimento da meta |

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

| META 2/2015 CNJ | | | |
|--|--|--------|-------------------------|
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | | | |
| Processos não julgados em 31.12.2012 | Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre jan/2013 e ago/2015 | % | Resultado |
| 426 | 424 | 99,53% | Meta já cumprida |

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---|---|---------------------|--|
| Casos novos de execução em 2015 (até 31.08) | Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.08) | Grau de Cumprimento | Resultado parcial (até agosto) |
| 277 | 220 | 79,42% | Período de apuração insuficiente para aferição do cumprimento da meta |

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | |
|--|--------------------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução | Resultado parcial (até agosto) |
| 0 | Meta já cumprida |



5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

| META 7/2015 CNJ | | | | | |
|---|--|---|---------------------------|--|--|
| Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014 | | Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo atual (30.04.2015) | Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta | Resultado parcial (até abril) |
| 1º | Wms Supermercados do Brasil Ltda. | 0 | 0 | 0 | Período de apuração insuficiente para aferição do cumprimento da meta |
| 2º | Estado do Rio Grande do Sul | 11 | 7 | 10 | |
| 3º | Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 6 | 2 | 5 | |
| 4º | Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan | 19 | 20 | 18 | |
| 5º | União | 1 | 2 | 0 | |
| 6º | OI S.A. | 2 | 0 | 1 | |
| 7º | <u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial) | 5 | 3 | 4 | |
| 8º | Caixa Econômica Federal - CEF | 3 | 5 | 2 | |
| 9º | Banco do Brasil S.A. | 7 | 9 | 6 | |
| 10º | Hospital Nossa Senhora da Conceição | 0 | 0 | 0 | |

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|---|--------------------------------|--|-------------------------------------|---|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.08) | Prazo médio a ser alcançado em 2015 | Resultado parcial (até agosto) |
| 228,17 | 146,09 | 193,35 | 144,63 | Média parcial acima da necessária ao cumprimento da meta |

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|---|-------|-------|-----------------|------------------|----------------|--|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 (até 31.08) | Meta para 2015 | Resultado parcial (até agosto) |
| Total de acordos | 851 | 735 | 793 | 563 | 801 | Média parcial indicativa de cumprimento da meta |
| Média mensal de acordos | 70,92 | 61,25 | 66,08 | 70,38 | 66,75 | |

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças e quartas pela tarde, e às quintas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

| J1 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|--------------|-----------------|----------------|----------------|---------|-------|
| Manhã | 5 (I) * | 5 (I) * | 5 (I) * | 5 (U) | - |
| Tarde | 10 (I) 3 (P) | 7 (I) 3 (P) | 7 (I) 3 (P) | 5 (P) * | - |

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 07.10.2015)

Obs.: (*) As sessões marcadas com asterisco realizam-se, somente, em regime de Juiz Auxiliar.

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



6.2 PAUTAS LIVRES

| Tipo | Última Data Marcada | Próxima Data Livre |
|---------------------------------|---------------------|--------------------|
| Inicial | 17.02.2016 | 22.02.2016 |
| Una Sumaríssimo | 19.11.2015 | 10.11.2015 |
| Instrução | 28.04.2016 | 18.04.2016 |
| Tentativa de acordo em execução | - | - |

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 07.10.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|--|-------------|-------|-------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até 31.08) | Variação 2014-2015 |
| Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência | Sumaríssimo | 48,47 | 38,78 | -19,98% | 49,31 | 27,13% |
| | Ordinário | 68 | 68,37 | 0,55% | 79,72 | 16,60% |
| | Total | 65,6 | 65,32 | -0,42% | 76,98 | 17,84% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 48,47 dias, em 2013, para 38,78 dias, em 2014 (queda de 19,98%). Todavia, nos primeiros oito meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 49,31 dias, que equivale a um aumento de 27,13% na comparação com 2014.

Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário pouco variou entre 2013 e 2014 (de 68 a 68,37 dias), apresentando, porém, elevação para 79,72 dias, em 2015 (aumento de 16,60%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| Juiz (a) | 2014 | | | | TOTAL |
|--------------------------------|---------|-----------|-----|-------------|-------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | |
| Ben-Hur Silveira Claus | 974 | 364 | 112 | 10 | 1.460 |
| Laura Balbuena Valente Gabriel | 8 | 3 | 4 | 0 | 15 |
| Rubiane Solange Gassen Assis | 247 | 338 | 25 | 0 | 610 |



| Total | 1.229 | 705 | 141 | 10 | 2.085 |
|-------------------------------------|------------|------------|-----------|-------------|--------------|
| 2015 (até 31.08) | | | | | |
| Juiz (a) | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Ben-Hur Silveira Claus | 552 | 275 | 60 | 2 | 889 |
| Rubiane Solange Gassen Assis | 87 | 207 | 3 | 0 | 297 |
| Total | 639 | 482 | 63 | 2 | 1.186 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| 2014 | | | | | | |
|---|---------------------|------------|-----------------|--------------|---------------------|---------------------------------|
| Juiz (a) | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| Ben-Hur Silveira Claus | 552 | 213 | 3 | 768 | 109 | 877 |
| Ivanise Marilene Uhlig de Barros | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Laura Balbuena Valente Gabriel | 1 | 3 | 0 | 4 | - | 4 |
| Nelsilene Leão de Carvalho Dupin | - | 9 | 0 | 9 | 1 | 10 |
| Rubiane Solange Gassen Assis | 182 | 162 | 1 | 345 | 23 | 368 |
| Total | 735 | 388 | 4 | 1.127 | 133 | 1.260 |
| 2015 (até 31.08) | | | | | | |
| Juiz (a) | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| Ben-Hur Silveira Claus | 450 | 183 | 1 | 634 | 78 | 712 |
| Ivanise Marilene Uhlig de Barros | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Marcelo Bergmann Hentschke | - | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Rubiane Solange Gassen Assis | 113 | 114 | 0 | 227 | 5 | 232 |
| Total | 563 | 298 | 1 | 862 | 84 | 946 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.09.2015)



6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

| Juiz Titular Ben-hur Silveira Claus | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| 0020272-57.2014.5.04.0561 | 0020273-42.2014.5.04.0561 | 0020274-27.2014.5.04.0561 |
| 0000308-78.2014.5.04.0561 | 0000006-15.2015.5.04.0561 | 0001347-47.2013.5.04.0561 |
| 0001241-22.2012.5.04.0561 | 0000860-43.2014.5.04.0561 | 0000862-13.2014.5.04.0561 |
| 0001103-84.2014.5.04.0561 | 0001176-56.2014.5.04.0561 | 0000861-28.2014.5.04.0561 |
| 0020345-92.2015.5.04.0561 | 0020351-02.2015.5.04.0561 | 0020049-70.2015.5.04.0561 |
| 0020367-53.2015.5.04.0561 | 0000974-79.2014.5.04.0561 | 0020548-54.2015.5.04.0561 |
| 0000286-87.2014.5.04.0571 | 0000949-66.2014.5.04.0561 | 0020423-86.2015.5.04.0561 |
| 0020100-18.2014.5.04.0561 | 0020353-06.2014.5.04.0561 | 0001116-83.2014.5.04.0561 |
| 0020050-55.2015.5.04.0561 | 0020465-38.2015.5.04.0561 | - |
| Total: 26 processos | | |

| Juíza substituta zoneada Rubiane Solange Gassen Assis | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| 0000260-27.2011.5.04.0561 | 0000281-32.2013.5.04.0561 | 0000280-47.2013.5.04.0561 |
| 0000641-30.2014.5.04.0561 | 0000656-96.2014.5.04.0561 | 0001156-65.2014.5.04.0561 |
| 0001199-02.2014.5.04.0561 | 0020129-34.2015.5.04.0561 | 0000429-09.2014.5.04.0561 |
| 0001209-46.2014.5.04.0561 | 0001212-98.2014.5.04.0561 | 0001216-38.2014.5.04.0561 |
| 0001262-27.2014.5.04.0561 | 0001219-90.2014.5.04.0561 | - |
| Total: 14 processos | | |

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 05.10.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 31.09.2015. 50 dias anteriores à data da correção: 17.08.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

A análise das rotinas de Secretaria e da movimentação dos processos, tanto físicos como dos que tramitam em meio eletrônico, restou parcialmente prejudicada, em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista entre 16.06.2015 e 25.09.2015. Assim, alguns apontamentos que seguem referem-se ao cumprimento das tarefas em períodos de normalidade.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

As notificações e ofícios são expedidos logo após a publicação do despacho. Assim, usualmente, não há acúmulo de processos aguardando cumprimento destas tarefas.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Em média, expedidos três dias após a publicação do despacho.



7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada logo após a publicação do despacho. Não havia pendências.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada no mesmo dia em que protocolizadas as petições.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Em períodos de normalidade, a análise de protocolo é efetuada em uma semana. Entretanto, em razão da adesão de servidores ao movimento grevista a análise de protocolo estava em 08 de agosto.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 12 de agosto.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|---|-----------------------------|-------------------|---|
| 1 | 0000851-18.2013.5.04.0561*1 | 02.02.2015 | 7 meses e 23 dias |
| 2 | 0161500-45.1999.5.04.0561*1 | 23.02.2015 | 7 meses e 2 dias |
| 3 | 0000818-28.2013.5.04.0561*1 | 30.03.2015 | 5 meses e 25 dias |
| 4 | 0001289-44.2013.5.04.0561*1 | 27.04.2015 | 4 meses e 28 dias |
| 5 | 0001216-43.2011.5.04.0561 | 25.05.2015 | 4 meses |
| 6 | 0001311-05.2013.5.04.0561 | 10.07.2015 | 2 meses e 15 dias |
| 7 | 0000016-98.2011.5.04.0561 | 21.07.2015 | 2 meses e 4 dias |
| 8 | 0001335-33.2013.5.04.0561 | 31.07.2015 | 1 mês e 24 dias |



| | | | |
|----|---------------------------|-------------------|---------------|
| 9 | 0014700-04.2006.5.04.0561 | 24.08.2015 | 1 mês e 1 dia |
| 10 | 0000694-11.2014.5.04.0561 | 26.08.2015 | 29 dias |
| 11 | 0091900-58.2004.5.04.0561 | 01.09.2015 | 24 dias |
| 12 | 0000152-90.2014.5.04.0561 | 08.09.2015 | 17 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)

*1 Processos nos quais foram proferidos despachos e expedidas notificações para cobrança dos autos, ainda não devolvidos há mais de 10 dias.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|---|---------------------------|-------------------|---|
| 1 | 0001488-66.2013.5.04.0561 | 11.07.2015 | 2 meses e 14 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

| | Carga OJ | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução do Mandado |
|----|--------------|----------------------------|-------------------|--|
| 1 | 561-00591/14 | 0000804-10.2014.5.04.0561* | 28.10.2014 | 10 meses e 27 dias |
| 2 | 561-00150/15 | 0146100-10.2007.5.04.0561 | 24.06.2015 | 3 meses e 1 dia |
| 3 | 561-00160/15 | 0000423-36.2013.5.04.0561 | 01.07.2015 | 2 meses e 24 dias |
| 4 | 561-00166/15 | 0001134-07.2014.5.04.0561 | 06.07.2015 | 2 meses e 19 dias |
| 5 | 561-00195/15 | 0000039-39.2014.5.04.0561 | 03.08.2015 | 1 mês e 22 dias |
| 6 | 561-00079/15 | 0018000-37.2007.5.04.0561 | 06.08.2015 | 1 mês e 19 dias |
| 7 | 561-00107/15 | 0001253-65.2014.5.04.0561 | 12.08.2015 | 1 mês e 13 dias |
| 8 | 561-00108/15 | | | |
| 9 | 561-00109/15 | | | |
| 10 | 561-00110/15 | | | |
| 11 | 561-00111/15 | | | |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)

*Embargos de Terceiro apensados ao processo nº 0001422-86.2013.5.04.0561, sem baixa do mandado distribuído ao Oficial de Justiça.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 24.09.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **915 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.



8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

| | |
|--|---------------------------|
| 1 | 0000456-89.2014.5.04.0561 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: Ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 395; não foi lavrada certidão quando da publicação da sentença das fls. 424-435.</p> <p>Movimentação processual: Os autos retornaram do TRT em 12.06.2015 e o processo foi movimentado em 13.07.2015 (despacho da fl. 473), 31 dias após; o prazo das notificações das fls. 475 e 475/verso decorreu em 03.08.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 10.09.2015; a razão da demora no impulso processual foi justificada na certidão da fl. 476 que relata a adesão de metade dos servidores lotados na Unidade ao movimento grevista (adesão a partir de 16.06.2015).</p> | |
| 2 | 0001081-26.2014.5.04.0561 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar.</p> <p>Movimentação processual: A análise dos pressupostos de admissibilidade do recurso ordinário das fls. 272-277 foi efetuada em prazo superior a 60 dias, a contar da protocolização (despacho da fl. 278, em 10.09.2015); a razão da demora no impulso processual foi justificada na certidão da fl. 278 que relata a adesão de metade dos servidores lotados na Unidade ao movimento grevista (adesão a partir de 16.06.2015); despacho da fl. 278 pendente de cumprimento.</p> | |
| 3 | 0000273-21.2014.5.04.0561 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: Não foi lavrada certidão quando da publicação da sentença das fls. 348-365; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 499.</p> <p>Movimentação processual: Impulso processual 25 dias após o retorno dos autos do TRT (retorno em 27.03.2015 e despacho da fl. 421 em 23.04.2015); certificação de decurso de prazo das notificações das fls. 422 e 422/verso em 15 dias (fl. 423); o prazo de ciência do cálculo de liquidação pelo reclamante expirou em 20.07.2015 (conforme certidão da fl. 500) e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 11.09.2015; a razão da demora no impulso processual foi justificada na certidão da fl. 502 que relata a adesão de metade dos servidores lotados na Unidade ao movimento grevista (adesão a partir de 16.06.2015).</p> | |
| 4 | 0001154-32.2013.5.04.0561 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: Não foi lavrada certidão quando da publicação da sentença das fls. 429-432.</p> <p>Movimentação processual: Decorreram 27 dias desde a juntada das contrarrazões das fls. 307-309 (27.05.2014) à remessa dos autos ao TRT (fl. 310, em 23.06.2014); os autos não foram movimentados de 28.01.2015 (despacho das fls. 403-404) a 09.04.2015 (despacho da fl. 405), em torno de 60 dias; falta de impulso processual de 25.06.2015 (data da juntada do agravo de petição das fls. 436-440) a 10.09.2015 (data do despacho da fl. 441); a razão da demora no impulso processual foi justificada na certidão da fl. 441 que relata a adesão de metade dos servidores lotados na Unidade ao movimento grevista (adesão a partir de 16.06.2015).</p> | |
| 5 | 0001108-09.2014.5.04.0561 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada no verso da fl. 43 e certidão no verso da fl. 45 com espaços em branco.</p> <p>Movimentação processual: Nada a apontar.</p> | |
| 6 | 0001456-61.2013.5.04.0561 |
| <p>Aspectos gerais dos autos*: Ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 89; não foi</p> | |



lavrada certidão quando da publicação da sentença das fls. 208-223; não foi alterado nos registros do Infor a denominação da reclamada, conforme determinação da fl. 273.

Movimentação processual: Da juntada das contrarrazões das fls. 234-238, em 05.09.2014 à remessa dos autos ao TRT, em 22.09.2014, decorreram 17 dias; os autos retornaram do TRT em 12.08.2015 e o impulso processual ocorreu em prazo superior a 30 dias (despacho da fl. 308); a razão da demora no impulso processual foi justificada na certidão da fl. 308 que relata a adesão de metade dos servidores lotados na Unidade ao movimento grevista (adesão a partir de 16.06.2015).

7

0001205-09.2014.5.04.0561

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar.

Movimentação processual: A demora na certificação de decurso de prazo foi justificada na certidão da fl. 292 que relata a adesão de metade dos servidores lotados na Unidade ao movimento grevista (adesão a partir de 16.06.2015).

8

0000501-93.2014.5.04.0561

Aspectos gerais dos autos: ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 106.

Movimentação processual: petição da fl. 106 apreciada 27 dias após a juntada (despacho da fl. 106); cumprimento do despacho da fl. 112, de 16.1.2015, em prazo superior a 40 dias (alvará da fl. 113, em 13.3.2015); após a retirada do alvará pelo perito, em 17.6.2015, não houve impulso processual.

9

0000560-81.2014.5.04.0561

Aspectos gerais dos autos*: Nada a apontar.

Movimentação processual: Conforme andamentos do Infor o prazo para cumprimento integral do acordo expirou em 31.07.2015; a razão da demora no impulso processual foi justificada na certidão da fl. 63 que relata a adesão de metade dos servidores lotados na Unidade ao movimento grevista (adesão a partir de 16.06.2015).

10

0000732-57.2013.5.04.0561

Aspectos gerais dos autos*: Não foram lavradas certidões quando da publicação das sentenças das fls. 157-158 e fls. 207-214; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 179.

Movimentação processual: O prazo das notificações das fls. 215-216 expirou em 17.06.2015 e a movimentação processual ocorreu em 09.09.2015; a razão da demora no impulso processual foi justificada na certidão da fl.223 que relata a adesão de metade dos servidores lotados na Unidade ao movimento grevista (adesão a partir de 16.06.2015)

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

| Prática | Exemplos |
|------------------------------|---------------------------|
| Demora no impulso processual | 0001041-78.2013.5.04.0561 |
| | 0000163-22.2014.5.04.0561 |
| | 0096300-57.2000.5.04.0561 |



| | |
|---------------------------------|---------------------------|
| | 0001118-87.2013.5.04.0561 |
| | 0000206-90.2013.5.04.0561 |
| | 0000446-45.2014.5.04.0561 |
| Registros desatualizados | 0090000-45.2001.5.04.0561 |
| | 0036500-83.2009.5.04.0561 |
| | 0000705-74.2014.5.04.0000 |

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, sobre o pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe na Unidade Judiciária ocorreu em 17.11.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 29.09.2015 e 05.10.2015 com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| Agrupador | Fase | Quantidade de Processos | Mais antigo | Data |
|-------------------------------------|--------------|-------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Processos c/petições avulsas | - | 10 | 20106.25.2014 | 10.09.2015 |
| c/habilitações não lidas | - | 37 | - | 07.10.2015 |
| c/pedido de liminar | - | 03 | 21220.62.2015 | 02.10.2015 |
| C/petições não apreciadas | - | 94 | 20741.69.2015 | 23.09.2015 |
| Mandados devolvidos OJ | - | 95 | - | 07.10.2015 |
| Pasta | Fase | Quantidade de Processos | Mais antigo | Data |
| Aguardando cumprimento providência | Conhecimento | 516 | 20297.36.2015 | 30.03.2015 |
| Aguardando cumprimento providência | Liquidação | 03 | 20013.28.2015 | 30.07.2015 |
| Aguardando cumprimento providência | Execução | 22 | 20582.29.2015 | 10.07.2015 |
| Aguardando ciência | Conhecimento | 22 | 20340.70.2015 | 26.08.2015 |
| Aguardando ciência decisão-ConPra | Conhecimento | 17 | 20075.68.2015 20024.57.2015 | Ambos de 16.07.2015 |
| Aguardando término dos prazos | Conhecimento | 66 | 20190.26.2014 20024.91.2014 | Ambos de 13.04.2015 |
| Aguardando término dos prazos | Liquidação | 02 | 20098.48.2014 | 08.06.2015 |
| Aguardando término dos prazos | Execução | 13 | 20032.34.2015 | 12.04.2015 |
| Apreciar urgentes | - | 03 | 21220.62.2015 | 02.10.2015 |
| Controle de Sobrestamento-suspensão | Conhecimento | - | - | 07.10.2015 |
| Controle de Sobrestamento-suspensão | Liquidação | - | - | 07.10.2015 |
| Controle de Sobrestamento-suspensão | Execução | - | - | 07.10.2015 |
| Controle manual prazo pós sent. | Conhecimento | - | - | 07.10.2015 |
| Controle manual prazo pós sent | Liquidação | - | - | 07.10.2015 |
| Controle manual prazo pós sent | Execução | - | - | 07.10.2015 |
| Prazos vencidos | Conhecimento | 59 | 20052.59.2014 | 04.06.2015 |
| Prazos vencidos | Liquidação | 02 | 20242.22.2014 | 20.07.2014 |
| Prazos vencidos | Execução | 11 | 20686.21.2015 | 28.07.2015 |
| Triagem inicial | - | 80 | 21109.78.2015 21111.48.2015 | 03.09.2015 |

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).



Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **requereu** e, mediante deferimento, contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT por **duas semanas** durante o período correccionado, de 04 a 08 e de 12 a 15 de agosto de 2014.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A tramitação processual na unidade se destaca pela celeridade na fase de conhecimento, cujo prazo é atualmente 70 (setenta) dias mais célere do que a média regional. Outro aspecto positivo verificado na Vara do Trabalho de Carazinho é o alto percentual de acordos, em torno de 60% nos oito primeiros meses de 2015. O prazo de tramitação na fase de liquidação se mantém estável e um pouco acima da média regional desde 2014, entretanto deve ser considerada prática de prolação de sentenças líquidas na unidade. Nesses casos, o prazo de liquidação que, de fato, sequer transcorreu, não é computado pelo sistema, na medida em que se inicia a execução a partir do momento em que transitada em julgado a sentença; assim, são computados apenas os prazos naquelas ações em que efetivamente foi necessária a instrução da liquidação. A fase de execução apresenta sensível melhora em sua tramitação no período transcorrido até agosto de 2015, fixando-se em excelente patamar que é 316 (trezentos e dezesseis) mais célere do que o prazo médio do Estado para essa fase. O exame dos processos físicos não revelou lapsos graves ou injustificados, mas apenas intercorrências decorrentes, em sua grande maioria, das dificuldades enfrentadas pela adesão de servidores ao movimento de greve

A gestão da unidade é atuante e é perceptível o comprometimento do Diretor de Secretaria Fúlvio Berwanger e de toda a equipe de servidores, sendo louvável o trabalho realizado na apuração e apontamento de cálculos e critérios em relação à conta final para a liquidação.

A Juíza Substituta Rubiane Solange Gassen Assis mostrou-se comprometida com a jurisdição e não detém consigo número significativo de sentenças a prolatar além do prazo legal. O Juiz titular encontrava-se em gozo de férias na oportunidade da correição, razão pela qual não acompanhou os trabalhos.

Ao final, a Corregedora parabenizou a todos os presentes pelo comprometimento trabalho realizado na unidade e possibilitou aos servidores que expressassem qualquer proposição de seu interesse, não tendo, havido, contudo, manifestação.



12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 - Meta CNJ 1/2015

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, situação que se repete nesses oito primeiros meses de 2015.

ITEM 5.3.3 - Meta CNJ 5 - 2015

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3 - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0122100-24.1999.5.04.0561, nº 0136000-93.2007.5.04.0561, nº 0037600-73.2009.5.04.0561, nº 0042300-29.2008.5.04.0561, nº 0000482-24.2013.5.04.0561 com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;



- c) verifique, nos autos dos processos nº 0000540-27.2013.5.04.0561, se há débitos pendentes do reclamado *Ivan Schinaider* que justifiquem a manutenção deste junto ao BNDT. Em caso negativo, deverá ser realizada a exclusão da reclamado daquele banco de dados;
- d) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 - Incidentes Processuais

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) verifique nos autos do processo nº 0001247-63.2011.5.04.0561 se a manifestação apresentada pelo reclamante em 22.10.2014 realmente se trata de impugnação à sentença de liquidação, haja vista que à época de sua apresentação sequer havia homologação de cálculo nos autos; em caso negativo, o andamento deverá ser substituído por impugnação ao cálculo de liquidação; o mesmo procedimento deverá ser observado em relação impugnações à sentença de liquidação dos processo nº 0019100-56.2009.5.04.0561 (apresentada em 07.02.2011) e nº 0000342-24.2012.5.04.0561 (apresentada em 24.10.2014);
- b) também deverá ser verificado no processo nº 0013700-42.2001.5.04.0561 se o lançamento de apresentação de impugnação à sentença de liquidação pelo reclamado em 22.04.2014 está correto, considerando que o processo se encontra na fase de análise de prestações de contas do leilão realizado, momento processual posterior àquele em que normalmente é apresentada a impugnação à sentença de liquidação;

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Juiz Titular **Ben-hur Silveira Claus** e a Juíza Substituta zoneada **Rubiane Solange Gassen Assis** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório



correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) havendo necessidade de retificação de termos e certidões, observe o art. 149 da CPCR;
- d) observe os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumprimento das determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC (sinale-se que, quanto a este item, a movimentação processual da Unidade restou prejudicada em razão da adesão de metade dos servidores aos movimento grevista, a partir de 16.06.2015, conforme certificado em todos os processos analisados);
- e) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- f) movimente os processos nº 0000456-89.2014.5.04.0561; nº 0001081-26.2014.5.04.0561; nº 0000273-21.2014.5.04.0561; nº 0001154-32.2013.5.04.0561; nº 0001456-61.2013.5.04.0561 e nº 0000560-81.2014.5.04.0561, analisados no item 8.1;
- g) observe a determinação constante à fl. 273 do processo nº 0001465-61.2013.5.04.0561, alterando a denominação social da reclamada nos registros do Infor.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **915 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de



Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0001041-78.2013.5.04.0561, nº 0000163-22.2014.5.04.0561, nº 0096300-57.2000.5.04.0561, nº 0001118-87.2013.5.04.0561, nº 0000206-90.2013.5.04.0561, nº 0000446-45.2014.5.04.0561);
- b) atualize os registros (processos nº 0090000-45.2001.5.04.0561, nº 0036500-83.2009.5.04.0561, nº 0000705-74.2014.5.04.0000).

ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Substituta, o Diretor e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Carazinho, das 10h às 11h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceu o advogado Robson Gritli, de Souza acompanhado do reclamante Nilson Seben do processo nº **0001347-47.2013.5.04.0561** que relataram à Corregedora que, na referida ação, foram opostos embargos de declaração em 02 de fevereiro de 2015 os quais ainda pendem de julgamento. O demandante relatou à Corregedora que passa por dificuldades financeiras, razão por que solicitou as providências cabíveis para que seja dado prosseguimento ao feito com a maior brevidade possível. A Corregedora informou aos requerentes que tomaria as providências cabíveis.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Substituta zoneada Rubiane Solange Gassen Assis, pelo Diretor de Secretaria Fúlvio Berwanger Amador e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck
Corregedora Regional**